

JOURNAL OF
DEMOCRACY
EM PORTUGUÊS

Volume 4, Número 2, Outubro de 2015

Legalismo autocrático na Venezuela

Javier Corrales

**A subversão criminal da
democracia mexicana**

Andreas Schedler

**Por que o desempenho da
democracia tem sido tão ruim?**

Francis Fukuyama

Crise e transição, mas não declínio

Philippe C. Schmitter

Da política ao protesto

Ivan Krastev

CONSELHO EDITORIAL

Bernardo Sorj
Sergio Fausto
Mirian Kornblith

CONSELHO ACESSOR

Fernando Henrique Cardoso
Larry Diamond
Marc F. Plattner
Simon Schwartzman

TRADUÇÃO

Fabio Storino

REVISÃO TÉCNICA

Isadora Carvalho

Apresentação

Não foi simples definir a ordem de apresentação dos artigos neste número do *Journal of Democracy em Português*. É que, além da excelência do conteúdo, todos eles são muito oportunos.

Decidimos abrir o número com dois textos sobre países latino-americanos. No primeiro, Javier Corrales, cientista político que dá aulas no Amherst College, nos Estados Unidos, destaca e analisa os processos pelos quais o regime chavista, a despeito de ter se formado e desenvolvido com base em eleições e consultas populares, se tornou cada vez mais autoritário pelo uso, abuso e não uso, nos termos do próprio autor, das instituições do estado democrático de direito. O interesse na leitura de “Legalismo Autocrático na Venezuela” aumenta à medida que se aproxima a data de 6 de dezembro de 2015, quando serão realizadas eleições para a Assembleia Nacional venezuelana. Frente ao espectro cada vez mais nítido de uma derrota eleitoral, o regime chavista vem apertando cada vez mais o torniquete autoritário que aplicou ao pouco que resta do estado democrático de direito naquele país.

Não menos oportuno e interessante é o artigo “A Subversão Criminal da Democracia Mexicana, de Andreas Schedler. Resolvemos publicá-lo neste número, embora ele tenha sido escrito há cerca de dois anos. Duas razões nos levaram a essa decisão: a qualidade da análise apresentada e a permanência dos problemas identificados pelo autor. Se dúvida houvesse sobre a continuidade da violência ligada ao crime organizado no México, bastaria lembrar que em 26 setembro último se completou um ano do massacre que vitimou 43 estudantes no estado de Guerrero, no sul do país. Ainda não suficientemente esclarecido pelo Estado mexicano, o crime envolve agentes do governo local e do cartel que domina o tráfico de droga na região de Guerrero. Em seu

artigo, o professor e pesquisador do Centro de Investigación y Docencia Económica (CIDE) discute as razões de o México ter hoje taxas de homicídio várias vezes superiores a que conheceu até dez anos atrás, dissecando os mecanismos que impulsionam e alimentam a violência e demonstra os efeitos negativos que ela produz sobre a democracia mexicana, desde a seleção dos candidatos até a implementação de políticas, passando pela formação da agenda pública e as eleições.

Os demais artigos que compõem este número não se referem a países em particular, mas a processos gerais que representam desafios à democracia em países desenvolvidos e em desenvolvimento. Francis Fukuyama e Phillip Schmitter, dois cientistas políticos de renome internacional, buscam responder à pergunta sobre a existência ou não de um declínio global da democracia.

Para Fukuyama, que dispensa apresentações, as tendências observáveis em indicadores globais, como o Freedom House Index, respaldam a visão mais pessimista a respeito do futuro da democracia. Em “Por que o desempenho da democracia tem sido tão ruim?”, o autor constata o aumento do número de regimes que mantêm aspectos da democracia, notadamente as eleições, mas adotam práticas autoritárias que limitam e distorcem as instituições democráticas, favorecendo a concentração do poder nas mãos do governo de plantão, em detrimento da oposição e dos direitos civis e políticos. Constata também a frustração com a chamada Primavera Árabe que, em lugar de democracias, produziu a volta a regimes autoritários ou a eclosão de guerras civis alimentadas por divisões sectárias. Fukuyama interpreta essas tendências à luz do esquema teórico segundo o qual os estados democráticos de direito se assentam em três pilares (uma organização estatal moderna, o império da lei e mecanismos de controle horizontal e vertical da autoridade, associados à expansão dos direitos civis e políticos). Na vasta maioria das democracias avançadas, observa, tais pilares foram edificados em sequência, do primeiro ao terceiro. A partir dessa “lição da história”, o autor atribui o declínio global da de-

mocracia à fragilidade de um ou dos dois primeiros pilares em países situados fora do eixo Estados Unidos-Europa Ocidental, em particular a ex-União Soviética e os países árabes.

Philippe Schmitter, por sua vez, critica a visão pessimista sobre o declínio da democracia e questiona as formas de mensuração do fenômeno adotadas por instituições como a Freedom House, entre outras. Sem deixar de reconhecer razões para preocupação, ele prefere falar em crise em lugar de declínio da democracia. Conhecido especialista em transições do autoritarismo para a democracia, o autor argumenta que as democracias avançadas vivem processos de transição que apontam para formas mais liberais ou pós-liberais da democracia representativa. Ainda não seria possível conhecer os modelos de democracia resultantes desses processos. Em “Crise e Transição, mas não Declínio”, Schmitter identifica várias experiências capazes de alargar os limites da democracia representativa atualmente existente. Na sua visão, elas podem vir a responder às demandas sociais por maior transparência, accountability e “responsividade” dos sistemas democráticos e das elites políticas e burocráticas. Além de identificá-las, o professor emérito do European University Institute, que também lecionou em Chicago e Stanford, apresenta sua reflexão a respeito dos limites e alcance de cada uma dessas experiências.

O último artigo, de Ivan Krastev, intitulado “Da Política ao Protesto”, dialoga com o texto de Schmitter. Diretor do Centro de Estratégias Liberais de Sofia, na Bulgária, Krastev se pergunta por que nos últimos anos se vem verificando um aumento do número de protestos nas ruas e praças de países democráticos, semidemocráticos e não democráticos em todo o mundo. Ele está particularmente interessado em compreender esse fenômeno nos dois primeiros casos e avaliar em que medida a onda recorrente de protestos carrega um potencial construtivo de transformação das democracias representativas. Para a compreensão do fenômeno, ele estabelece o contraste entre a perda de interesse pela política partidária e eleitoral, de um lado, e o aumento

dos protestos de membros da classe média, de outro. As manifestações engajam um número cada vez maior de pessoas, ao passo que o nível de abstenção nas eleições e a quantidade de filiados a partidos (e sindicatos) diminuem significativamente nos Estados Unidos e em toda a Europa. O protesto estaria ocupando o lugar da política porque esta perdeu dramaticidade (já não há mais, como no passado, grandes antagonismos ideológicos entre os principais partidos) e utilidade aos olhos dos eleitores (cada vez há um número maior de governos sem maioria sólida e cujo raio de manobra está severamente limitado por entidades supranacionais e/ou pelos mercados financeiros). À falta de atores coletivos organizados, seriam os protestos fatores de mudança positiva nas democracias realmente existentes ou na transição de regimes semidemocráticos para regimes propriamente democráticos? Krastev é cético a esse respeito: os protestos são capazes de indicar o que a sociedade não quer, mas não o de dizer o que os cidadãos querem e muito menos de tornar esse desejo realidade.

Independentemente da ordem em que ler os artigos deste número, estamos certos de que o leitor não se arrependará de fazê-lo.

Bernardo Sorj e Sergio Fausto
Diretores de Plataforma Democrática

Da política ao protesto*

Ivan Krastev

Ivan Krastev é presidente do Centro de Estratégias Liberais de Sofia e pesquisador permanente do Instituto de Ciências Humanas (IWM) em Viena. Seu livro mais recente é Democracy Disrupted: The Politics of Global Protest [A democracia interrompida: A política dos protestos globais] (2014).

Certa vez, em um pequeno país democrático, algo muito estranho aconteceu. Houve uma eleição e, quando os votos foram contados, descobriu-se que o número de votos válidos mal chegava a 25% do total de votos. O partido da direita conquistou 13%, o partido do centro 9% e o partido da esquerda cerca de 2,5%. Houve algumas cédulas anuladas, mas todas as outras, representando cerca de três quartos de todos os votos, haviam sido simplesmente deixadas em branco. O *establishment* político ficou profundamente transtornado. Por que os cidadãos votaram “em branco”? O que queriam? Como teriam esses eleitores planejado e articulado isso entre si?

As tentativas frenéticas do governo de identificar os responsáveis pela conspiração do voto em branco resultaram em frustração e desespero. No fim, descobriu-se que não havia nenhuma ideologia ou organizadores por trás dos votos em branco. Tampouco se tratava de uma conspiração, não tendo sido planejada nem preparada. Não havia sido sequer tuitada. A única explicação racional era que a maioria das

*Publicado originalmente como “From Politics to Protest”, *Journal of Democracy*, Volume 25, Número 4, Outubro de 2014 © 2014 National Endowment for Democracy and The Johns Hopkins University Press

pessoas, simultaneamente (e individualmente), havia tomado a decisão de depositar uma cédula em branco na urna. Consequentemente, não havia com quem o governo pudesse negociar, ninguém para prender e ninguém para tentar cooptar ou chantagear. Após uma semana de muita ansiedade, as autoridades realizaram novas eleições. Desta vez, porém, 83% das cédulas foram deixadas em branco.

Essa é uma versão resumida de uma história que apareceu pela primeira vez em *Ensaio sobre a lucidez*, romance de José Saramago de 2004. Hoje, entretanto, algo parecido com essa “rebelião dos votos em branco” espalhou-se pelo mundo real. As massas de descontentes, a quem o colunista norte-americano Thomas Friedman se refere como “o povo das praças”, parecem ter surgido de maneira espontânea na cena política, ocupando um espaço diferente tanto nos governos quanto nas oposições tradicionais.¹ A “praça” poderia ser a Praça Tahrir no Cairo, a Praça da Independência em Kiev, a Praça Taksim em Istambul, a Avenida Habib Bourguiba em Túnis, a Praça Bolotnaya em Moscou, o Bulevar Rothschild em Tel Aviv, a Puerta del Sol em Madri, a Praça Syntagma em Atenas, a Praça Zuccotti em Nova York, a Praça Altamira em Caracas ou inúmeros outros lugares como esses. Em mais de 70 países ao redor do planeta,² as pessoas saíram às ruas em grande número para realizar manifestações que ignoram partidos políticos, desconfiam da grande imprensa, possuem poucos ou nenhum líder e, muitas vezes, deixam de lado organizações formais da sociedade civil, contando sobretudo com a Internet e reuniões espontâneas para debater e deliberar de maneira coletiva.

Essa nova onda de insatisfação explícita não está unida por nenhuma ideologia específica nem possui uma lista clara de demandas. Nas palavras de Friedman, ela consiste sobretudo de jovens “em busca de um melhor padrão de vida e mais liberdade [...], conectados entre si durante a ocupação das praças ou em ‘praças virtuais’, ou ambas as coisas, e unidos menos por uma agenda comum e mais por um norte comum, para onde querem que rume a sociedade”.

A epidemia de protestos, para listar apenas alguns, surgiu no mundo árabe (começando pela Tunísia) no fim de 2010 e início de 2011, na Rússia no fim de 2011 e início de 2012, na Turquia em 2013, Ucrânia no final daquele ano e início de 2014, e na Venezuela em fevereiro de 2014. Cada manifestação surgira de sua própria maneira e por suas próprias razões locais, mas os protestos também eram parte de um fenômeno mundial que transformou muitas de nossas ideias sobre o futuro. Os protestos têm sido eventos de grandes proporções, reunindo centenas de milhares de pessoas. De julho a outubro de 2011, Israel testemunhou a maior mobilização popular de sua história. Mais de dois milhões de pessoas participaram dos protestos na Espanha no mesmo ano, e mais de três milhões participaram dos protestos no Brasil em 2013. Essas manifestações atraíram bastante simpatia do público em geral e capturaram a imaginação de muitos jovens. “Não há dúvida”, escreveu Eric Schmidt, do Google, “de que o futuro próximo será repleto de movimentos revolucionários conforme novas tecnologias de comunicação permitam novas conexões e gerem mais espaço para expressão”. Mas acrescentou: “teremos menos resultados revolucionários”.³

Os manifestantes demonstraram hostilidade explícita às instituições e desconfiança tanto do mercado quanto do Estado. No passado, as pessoas costumavam protestar por emancipação — defendendo os direitos dos trabalhadores, das mulheres ou de minorias —, e marchavam nas ruas por acesso e representação nas instituições do Estado. Os protestos atuais têm origem em um sentimento diferente. São conduzidas não por grupos sem representação que querem acesso às instituições, mas por uma nova geração de rebeldes que sonham não precisar dessas instituições. “Não foi porque os manifestantes levaram aos políticos uma lista de demandas e propostas específicas” que fizeram a diferença, insistia David Graeber, ativista do movimento Occupy Wall Street. “Eles geraram uma crise de legitimidade no sistema ao dar uma ideia de como poderia funcionar uma democracia de verdade”.⁴

Por desconfiar das instituições, os manifestantes estavam pouco interessados em tomar o poder. Sua revolta não era contra o governo, mas contra serem governados. Esse espírito libertário, ou mesmo de “anarquia com ‘a’ minúsculo”, é o que o Occupy Wall Street tinha em comum com o levante egípcio contra o ditador Hosni Mubarak. Mas, embora os protestos tenham conseguido estimular a imaginação anti-institucional de alguns, alimentaram em outros o medo do caos e da anarquia, permitindo que os governos interpretassem a sede por democracia direta dos manifestantes como uma ameaça à ordem pública.

Como podemos entender todos esses protestos? Seriam um sinal de mudança radical na prática da política, ou são meros pontos no radar da vida pública, espetaculares, mas, em última análise, demonstrações insignificantes da insatisfação da população? Por que os protestos emergiram tanto em países democráticos quanto em não democráticos? E o que torna a política da ruptura tão atraente para tantas sociedades diferentes?

Tanto democracias quanto não democracias

Entre os mais de setenta países onde aconteceram protestos políticos nos últimos cinco anos estão regimes autoritários como o Egito de Mubarak e a Tunísia de Ben Ali, mas também democracias como o Reino Unido e a Índia. Alguns, como Israel, são prósperos; outros, como a Bósnia, são pobres e em recessão econômica. Alguns são grandes (Rússia), mas outros (novamente a Bósnia) são pequenos. Na maioria deles, a desigualdade social está aumentando, embora não seja sempre esse o caso — no Brasil, está diminuindo. Os protestos surgiram em países afetados pela crise econômica global do fim dos anos 2000 e suas consequências — Grécia e Espanha vêm à mente —, mas também surgiram em lugares como a Turquia, cuja economia continuou a crescer a altas taxas, pouco afetada pelos problemas econômicos globais.

Se, por um lado, é impressionante que a onda de protestos atingiu tanto democracias quanto não democracias, também é impressionante o fato de que os governos tanto dos Estados democráticos quanto dos não democráticos tenham respondido de maneira assustadoramente similar. Muitos rotularam apressadamente os protestos como pouco espontâneos, vindos não do povo, mas de uma elite descontente. Em lugares tão diferentes quanto a Rússia autoritária, a Turquia eleitoralmente democrática, a Ucrânia semidemocrática, e a Bulgária da União Europeia, era como se as respostas seguissem um mesmo roteiro. Não é surpresa que figuras autoritárias como Vladimir Putin da Rússia, Recep Tayyip Erdoğan da Turquia e Viktor Yanukovych da Ucrânia difundissem teorias conspiratórias fantasiosas como “agentes infiltrados” financiados pelos EUA (Rússia), um “lobby da taxa de juros” buscando lucrar com a desordem (Turquia) ou fascistas locais e uma elite empresarial manipulada pelo Ocidente (Ucrânia). Outra coisa é ouvir líderes democráticos como Sergei Stanishev — ex-primeiro-ministro da Bulgária e atual presidente do Partido Socialista Europeu no Parlamento Europeu — chamar os manifestantes de mercenários a serviço de interesses oligárquicos escusos. Nenhum governo demonstrou qualquer timidez em usar a polícia para conter (ou, em alguns casos, atacar) os manifestantes. A mensagem comum vinda das autoridades não tem sido “confie em nós” — muitos sabem que teria pouco apelo —, mas “não confie em ninguém”. E, tanto em democracias quanto em não democracias, os governos têm usado os protestos para dividir a sociedade em campos rivais e assustar os cidadãos com a ameaça do caos e da anarquia.

É fácil entender por que cidadãos de um país onde se é negado o direito de eleger os próprios líderes enxergariam as manifestações de rua como uma fonte de mudança social e política. Mas por que cidadãos de países com eleições livres e justas fazem o mesmo? Essa é uma das principais questões levantadas pela atual onda de protestos. Poderia ser pelo fato de que as eleições, ocasiões por excelência para

que eleitores manifestem sua vontade, tenham se tornado hoje pouco mais do que uma celebração coletiva da impotência popular, fazendo com que cidadãos sintam necessidade de tornar seus desejos conhecidos de outra maneira?

O aumento da popularidade do termo “democracia dirigida” é revelador. O conceito é impreciso: diferentes atores políticos usam-no por diferentes motivos para descrever uma ampla variedade de regimes. Defensores de Putin chamam eufemisticamente seu regime autoritário, um governo que manipula eleições para legitimar o poder do Kremlin sobre a sociedade de “democracia dirigida”. Críticos do déficit de democracia da União Europeia condenam a “democracia dirigida” quando reclamam que cidadãos de alguns dos Estados-membros tiveram algumas decisões importantes tiradas de suas mãos para atender às exigências da UE de modo que assuntos como déficit orçamentário fossem “constitucionalizados” ou entregues a órgãos não eleitos. O termo também tem sido aplicado a Hong Kong, com sua mistura de política eleitoral competitiva com instituições criadas para dar poder de decisão sobre assuntos da região a autoridades do Partido Comunista da China em Pequim.. E alguns temem que o crescente poder do dinheiro na política esteja transformando os Estados Unidos em um tipo de “democracia dirigida”.

Essa gama de usos é instrutiva porque coloca em questão a ideia de uma clara distinção entre regimes democráticos e não democráticos. Ao fazê-lo, exige que reflitamos sobre as implicações práticas de duas tendências poderosas, porém contraditórias, que vêm moldando a política global atual. À medida que se espalham as tecnologias de informação e comunicação, a vida pública torna-se mais democratizada e indivíduos conquistam maior autonomia. Pessoas conseguem saber mais com maior velocidade e se organizar mais rápida e facilmente do que nunca, tornando-se uma ameaça a regimes autoritários. Ao mesmo tempo, no entanto, o aumento do “Big Data” na política vem permitindo que governos e grandes corporações compilem, organizem

e acessem de maneira instantânea uma quantidade quase ilimitada de informações sobre as preferências e padrões de comportamento dos cidadãos. As possibilidades de manipulação (às vezes disfarçadas sob o rótulo aparentemente benigno de “incentivo”) e até mesmo coerção são óbvias, constituindo, assim, uma ameaça às bases da democracia. Tanto as elites incentivadoras quanto as massas que protestam possuem isso em comum: as novas tecnologias da informação facilitam sua atividade e nenhum dos grupos considera as preferências expressas pela população por meio das urnas algo muito importante. As elites encaram as eleições como uma oportunidade para manipular as pessoas ao invés de ouvi-las (o Big Data torna o voto uma fonte menos importante de *feedback*), enquanto os manifestantes preferem usar as eleições como um momento de protesto em vez de ferramentas para moldar políticas públicas.

Eleições: celebrações de impotência?

Sexo não é amor, e eleições não são democracia, mas ninguém é capaz de entender os mistérios do amor sem entender a natureza da atração sexual, e ninguém é capaz de entender a democracia sem entender o que significa a prática da realização de eleições. A democracia implica, ao mesmo tempo, conter a intensidade dos atores políticos e dramatizar o jogo político. A democracia deve supostamente estimular os apáticos a se interessar pela vida pública e, ao mesmo tempo, refrear as paixões dos mais fanáticos. Mobilizar os passivos ao mesmo tempo em que pacifica os raivosos está no cerne das eleições. Mas as eleições também exigem que julguemos os políticos com base não no que fizeram, mas no que prometem fazer. Nesse sentido, as eleições são uma máquina que produz sonhos coletivos. Proíba a realização de eleições e você estará concordando em viver em um presente onde o futuro está ausente ou abraçar um futuro que lhe é decretado pelo Estado. As eleições buscam deixar o futuro em aberto. Trazem mudanças, em vez de impedi-las.

Alexis de Tocqueville foi um dos primeiros a sugerir que o discurso de crise é a língua nativa de qualquer democracia verdadeira. A política democrática, observou, necessita de um drama: “À medida que a eleição se aproxima”, escreveu, “as intrigas se tornam mais ativas, a imaginação mais viva e mais difundida. [...] A nação inteira mergulha num estado febril [...]. Tão logo, é verdade, a sorte é pronunciada, [...] tudo se acalma, e o rio que por um momento transbordara volta tranquilamente ao seu leito”.⁵

Como escreveu David Runciman: “Tocqueville descobriu, em sua jornada pela América, [que] a vida democrática é uma sucessão de crises que, posteriormente, descobre-se que não o são”.⁶ A democracia opera descrevendo o normal como catastrófico, ao mesmo tempo em que promete que todas as crises são superáveis. A política democrática funciona como uma sessão de terapia nacional, na qual os eleitores são colocados diante de seus piores pesadelos — colapso democrático, crise econômica, catástrofe ambiental, uma nova guerra —, mas são convencidos de que possuem o poder de evitar a devastação. Passadas as eleições, o mundo magicamente retorna ao normal. Causa alguma surpresa, portanto, que os políticos e a imprensa retratem quase todas as eleições como um ponto de inflexão — como uma escolha que irá definir os destinos da nação pela próxima geração?

A política democrática é impossível sem a persistente oscilação entre a excessiva dramatização e a trivialização dos problemas que enfrentamos. As eleições perdem seu poder se não conseguirem produzir um senso exagerado de crise, ao mesmo tempo em que inspira otimismo em relação à nossa capacidade de superarmos. Como Stephen Holmes gosta de lembrar, para que as eleições funcionem, o desafio posto não pode ser nem muito difícil nem muito trivial. Se o que está em jogo é a sobrevivência individual, seria irrealista esperar que o jogo da eleição funcione. Acontecimentos recentes no Afeganistão e no Iraque demonstram que, quando muita coisa passa a estar em jogo, as pessoas recorrem à bala e não às urnas. Ainda assim, se não

houver nada de muito importante para ser decidido nas urnas — se o voto perder seu componente “dramático” —, por que alguém se daria ao trabalho de votar?

Alguns países europeus são hoje exemplos clássicos de uma crise de democracia gerada pela percepção de haver pouca coisa em jogo. Por que os gregos ou os portugueses iriam às urnas quando sabem perfeitamente bem que, como consequência dos problemas associados ao euro, as políticas do próximo governo serão exatamente as mesmas do atual? À época da Guerra Fria, os cidadãos compareciam às urnas na expectativa de que seus votos decidissem o destino do país — se continuaria parte do Ocidente ou se juntaria ao Oriente, ou se a indústria privada seria estatizada. Grandes questões estavam na ordem do dia. Hoje, as diferenças entre esquerda e direita basicamente evaporaram, e votar tornou-se mais uma questão de preferência pessoal do que de algo ligado a uma convicção ideológica.

As eleições estão não apenas perdendo a capacidade de capturar a imaginação popular, como também de efetivamente superar as crises. As pessoas começaram a se desinteressar delas. Há uma desconfiança generalizada de que tenham se tornado um jogo de tolos. É verdade que as eleições se espalharam para mais países, e em muitos lugares são mais livres e mais justas do que nunca; mas, embora votemos com mais frequência do que antes, as eleições não mais mobilizam os passivos nem pacificam os raivosos. O declínio do comparecimento às urnas nas democracias ocidentais nos últimos trinta anos, bem como o surgimento de protestos políticos de massa nos últimos cinco, são uma manifestação poderosa da crise. Na maior parte da Europa, as eleições se tornaram uma consideração secundária. Além disso, hoje elas elegem governos que já assumem o poder sob desconfiança da população.

O problema com as eleições não é simplesmente o fato de que não geram representação aos menos privilegiados. No que se refere a go-

vernar de fato, as eleições importam cada vez menos não apenas por causa do estreitamento do leque de escolha de políticas públicas, mas porque as eleições já não “produzem” maioria e mandatos políticos. A fragmentação da esfera pública transformou as democracias modernas em lugares onde as maiorias estão desaparecendo. Em 2012, dos 34 membros da OCDE, apenas quatro possuíam um governo apoiado por uma maioria absoluta do parlamento. Na medida em que as eleições não produzem maiorias e mandatos políticos claros, os eleitores passam a acreditar que não precisam mais se sentir obrigados a apoiar o governo no qual votaram. O problema é exacerbado pela realidade de que os partidos, mesmo quando estão no poder, têm muita dificuldade de cumprir suas promessas.

O efeito paradoxal da perda do drama nas eleições é sua transformação em um ritual que tem mais a ver com humilhar o partido no poder do que com expressar confiança na oposição. Hoje é impensável encontrar um governo que goze do apoio de maior parte de sua população um ano depois de eleito. Veja, por exemplo, o declínio dramático do apoio ao presidente francês François Hollande. Sua taxa de aprovação despencou para 13% desde que venceu seu rival Nicolas Sarkozy em maio de 2012, sem que nada especialmente grave esteja acontecendo na França. O caso de Hollande sugere que a relação entre o governo e seus apoiadores, que já se assemelhou a um casamento católico infeliz, porém sólido, hoje não passa de um relacionamento relâmpago. Os eleitores simplesmente não encaram mais o voto como um contrato de longo prazo com o partido que escolheram. Ao não associar mais o voto com suas expectativas sobre o futuro, os eleitores agora votam com base no desempenho passado.

Não é surpresa, portanto, que pesquisas mostrem que as vantagens gozadas pelos titulares dos cargos na Europa estejam desaparecendo. Os governos estão entrando em colapso mais rapidamente do que nunca e estão sendo reeleitos com menor frequência.⁷ “Ninguém mais é de fato eleito”, argumenta o pensador político francês Pierre Rosanvallon. “Os que estão no poder não mais contam com a confiança dos

eleitores; meramente colhem os benefícios da desconfiança em seus oponentes e antecessores”.⁸

Há outro efeito perverso dessa diminuição de drama: as eleições já não conseguem desmobilizar a oposição. Tradicionalmente, uma vitória eleitoral significava que o partido vencedor conseguiria governar. Como no caso das guerras, as eleições geravam vencedores e perdedores, e os vencedores impunham sua agenda — pelo menos durante a primeira parte de seu mandato. As oposições poderiam sonhar com vingança, mas não seria recomendado que impedissem o governo de governar. A sabedoria convencional está mudando. Quando os partidos governistas não conseguem formar maioria ou a perdem no dia seguinte, as oposições sentem-se cada vez menos obrigadas a tratar o veredito dado pelos eleitores como final. A proliferação de eleições (parlamentares, locais, regionais e presidenciais), a disseminação das pesquisas de opinião pública e o novo apetite por referendos ajudam a oposição a alegar que o governo perdeu seu mandato popular.

A existência de governos de minoria diminui a disposição das minorias de oposição a reconhecer a derrota. À medida que os resultados das eleições se tornam menos consequentes, a política se torna mais conflituosa. Quanto mais os governos são constrangidos (pelo FMI, pela UE, por investidores ou pelo mercado de ações) em relação a mudanças na política econômica, mais a competição política passa a girar em torno de questões identitárias. Quando os eleitores percebem que não podem punir os banqueiros sem que isso também os afete, o dedo passa a ser apontado para os imigrantes. Resumindo, os eleitores não mais veem as eleições como veículos para exigir mudança, e os governos não mais as veem como fontes efetivas de capacidade de governar.

O dilema da classe média

Seriam os protestos populares uma nova instituição, que visa a controlar os políticos entre as eleições? Ou seriam uma *alternativa* à

política eleitoral? E por que a classe média está perdendo sua confiança nas eleições? Se quisermos compreender a natureza da atual onda de protestos, temos que olhar mais atentamente para as consequências do declínio da crença de que as eleições decidem as políticas públicas.

Historicamente, a ascensão da influência política da classe média estava ligada à luta pelo sufrágio universal. As eleições foram para a classe média o que o xadrez foi para os russos e os casos extraconjugais para os franceses: um jogo que sabem como ganhar. A classe média sentia-se à vontade quando as pessoas podiam votar em eleições livres e justas, pois era capaz de constituir coalizões sociais e promover seus próprios interesses e valores. “Dona de tudo” é como Tocqueville retratava a classe média. Aprendemos, portanto, a esperar que, quando a classe média sai às ruas, demandará eleições livres e justas. Mas não mais podemos ter certeza de que sua simpatia pelas eleições permanece. Rússia, Tailândia, Turquia e Bulgária são quatro casos interessantes. Envia mensagens bastante contrastantes com relação à democracia, eleições e a influência política da classe média.

Na Rússia em dezembro de 2011, após uma eleição parlamentar conduzida de maneira questionável, a classe média saiu às ruas demandando que eleições fossem livres e justas. Todos reconheciam que o partido de Putin provavelmente tivesse ganho até mesmo a mais limpa das eleições, mas o ponto, pensava a classe média russa, não era tomar o poder mas contestar a legitimidade do regime de Putin. Na Tailândia, a demanda da classe média era “chega de eleições”. Insistiam na formação de um “comitê indicado” para consertar a política do país, repetindo o slogan “reformas antes de eleições”. Ao final, conseguiram o golpe militar de maio de 2014, por ela apoiado. Na Turquia, os protestos do Parque Gezi (que eclodiram em maio de 2013, por conta dos planos de Erdoğan de derrubada de árvores e redução do espaço verde em torno da Praça Taksim, no coração do moderno e adensado centro de Istambul) levaram a amplas críticas ao primeiro-ministro e demandas por sua renúncia. Estranhamente, no entanto, os

manifestantes *não* pediram a convocação de eleições antecipadas, pois duvidavam que falassem em nome da maioria dos eleitores. O bom desempenho do partido do primeiro-ministro nas eleições locais de 2014 confirmaram essa impressão. Os protestos do Parque Gezi não tratavam da formação de uma maioria eleitoral, mas de uma tentativa de estabelecer limites ao poder dessa maioria.

O caso da Bulgária é o mais intrigante. Lá, dezenas de milhares de pessoas (números impressionantes em um país de apenas 7,3 milhões de habitantes) tomaram a principal avenida de Sofia em meados de 2013 para protestar contra a nomeação de um malvisto oligarca para dirigir a agência nacional anticorrupção. De acordo com pesquisas de opinião, mais de 70% do público apoiavam os manifestantes. O movimento clamava de maneira apaixonada por novas eleições, mas as mesmas pesquisas também revelavam que a maioria (mesmo aqueles que apoiavam a realização de eleições antecipadas) não estava considerando votar, justificando a falta de partidos ou candidatos dignos de voto.

A nova ambivalência das classes médias em relação às eleições atraiu inúmeras explicações. É claro que as circunstâncias variam para cada país ou região, e as circunstâncias locais importam. Ainda assim, há uma clara tendência global de as eleições se tornarem menos decisivas. A classe média que se espalhou pelo mundo através da proliferação dos mercados e aumento do consumo — a classe que Francis Fukuyama vê como o motor por trás do atual surto de protestos globais⁹ — desconfia das eleições porque não acredita no governo. Não quer ser parte do governo e, portanto, acha difícil constituir coalizões políticas vencedoras. Sente-se ameaçada (é possível ver isso claramente na Tailândia) por uma coalizão formada por oligarcas e as massas pobres que ainda veem o Estado como a principal fonte de bem-estar.

Há um tom emocional nesses protestos, que é tanto fonte de aspiração quanto de defesa. Muitos manifestantes “classe média” estão

protestando não porque sejam de classe média, mas porque querem ser. Ou seja, consideram-se de classe média em termos de educação e valores, mas veem-se forçados a viver tempos econômicos incertos. Os salários estão espremidos, os bons empregos podem estar escassos, e mesmo aqueles cujos bens os situam firmemente na classe média estão altamente endividados. Olhados pelas lentes da circunstância, os protestos parecem tentativas de defender e afirmar os status individuais de classe média em um mundo muitas vezes hostil. O ativismo político compensa a impossibilidade econômica de ser classe média em meio a uma difícil crise ou um longo período de crescimento econômico teimosamente baixo.

Protestar fortalece e votar frustra porque ter voz no governo já não garante que as coisas mudarão. As eleições estão perdendo seu papel central na política democrática porque os cidadãos já não acreditam que seu governo de fato governa, e também porque não sabem a quem culpar por seus infortúnios. Quanto mais transparente nossas sociedades se tornam, mais difícil é para os cidadãos decidir para onde direcionar o descontentamento. Vivemos em uma sociedade de “criminosos inocentes”, onde os governos preferem alardear sua impotência em vez de seu poder.

Consideremos a questão do aumento da desigualdade. Se quisermos criticá-lo, quem ou o que deve ser considerado responsável: O mercado? O governo? Novas tecnologias? Pode algum governo fazer algo para reduzir a desigualdade sem destruir sua capacidade de competir no mercado global? As tentativas em vão de vários governos de esquerda de aumentar os impostos pagos pelos super-ricos realçam as restrições enfrentadas por qualquer governo hoje no que se refere à política econômica.

Em vez de tentar derrubar o governo, devemos, então, ter pena dele? Os eleitores sentem-se impotentes hoje porque os políticos que elegem são francos em relação à perda de seu poder. Como escreveu

alguém em um muro no Brasil: “Estou cansado de austeridade, quero promessas!”. Isso capturou algo fundamental: em uma política democrática sem alternativas, os políticos tentam fazer do *não* realizar nenhuma promessa uma virtude. Mas uma posição política de “não fazer promessa” se traduz em menos poder para os eleitores. A democracia nutre-se de promessas: políticos que não as fazem não podem ser responsabilizados. “Nunca lhe prometi nada” é geralmente uma frase de literatura *pulp*. Após ouvi-la, a única coisa que resta a um pobre abandonado é fugir e chorar.

Em seu extraordinário livro *Counter-Democracy* [Contrademocracia], de 2006, Rosanvallon vislumbra a emergência dos protestos sem liderança como um instrumento de transformação da democracia no século 21. Gradativamente, argumenta, a “democracia positiva das eleições e instituições legais” será cercada pela “soberania negativa da sociedade civil”.¹⁰ As pessoas afirmarão sua soberania como o poder da recusa. Não espere dos políticos uma visão de longo prazo nem projetos coletivos inspiradores dos movimentos políticos. Não espere que partidos políticos garantam a lealdade de seus seguidores e capturem a imaginação dos cidadãos. A democracia do futuro será bastante diferente. As pessoas entrarão em cena apenas para rejeitar determinadas políticas e políticos. Os principais conflitos sociais que estruturam a vida política se darão entre o povo e a elite — não entre a esquerda e a direita, mas entre a base e o topo. A nova democracia será uma democracia de rejeição.

O novo homem político não tem ilusões sobre a efetividade do governo, mas, mesmo assim, acredita que as pessoas possuem uma responsabilidade de controlá-lo. A paixão pela transparência e a obsessão pela *accountability* são reações naturais ao enfraquecimento da representação.

Diversos analistas apressaram-se em enxergar os protestos como um tipo de revolução das ONGs. De certa maneira, estão certos. Mui-

tos dos ativistas das manifestações foram socializados na comunidade das ONGs, e sua ênfase na transparência e no controle social é parte integrante de sua cartilha. Ainda assim, a era dos protestos também pode indicar a decadência das ONGs, que podem se tornar os grandes perdedores do momento. A mensagem anti-institucional dos protestos aproxima a geração mais jovem do ativismo baseado na Internet e os distrai de pensar organizacionalmente. Além disso, como muitos governos duvidam da natureza espontânea dos protestos e constantemente buscam suas supostas lideranças, as ONGs são alvos fáceis. Não é surpresa que, em muitos casos (a Rússia de Putin é talvez o caso mais notório), os governos responderam aos protestos por meio de novas e severas restrições aos trabalhos das ONGs.

Nem revolução nem reforma

Seria o *ethos* anti-institucional dos protestos e a natureza antipolítica de suas políticas uma força ou uma fraqueza? Os processos foram bem-sucedidos ou fracassaram? Poderia a ruptura ser um instrumento para mudança radical melhor do que tanto a revolução quanto a reforma?

Não é fácil responder a essas questões. Se a recente e massiva explosão de fúria social pudesse ser considerada uma revolução, como muitos alegam, é um caso estranho de revolução. No século 20, as revoluções ainda possuíam uma carga ideológica. Eram “comunistas” como a de Lenin, “fascistas” como a de Mussolini, ou “islâmica” como a de Khomeini. Os protestos atuais, em comparação, soam como exibições de marcas corporativas: temos as revoluções do “Facebook” ou do “Twitter” e as revoltas do “Blackberry”. Capturaram a imaginação do público sem gerar qualquer nova ideologia ou líderes carismáticos. Esses protestos serão lembrados por vídeos, não manifestos; encontros, não discursos; teorias conspiratórias, não tratados políticos. Colocam-se como uma forma distinta de participação sem representação.

Embora não busquem alcançar o poder, oferecem uma estratégia efetiva para o empoderamento dos cidadãos numa era globalizada. Num mundo onde os governos ficaram menos poderosos, as corporações são mais móveis e os partidos políticos foram privados da capacidade de construir uma identidade política em torno de visões do futuro, o poder dos cidadãos advém de sua capacidade de ruptura. É uma característica marcante o fato de os manifestantes, na maioria dos casos, terem optado não por perturbar a ordem pública, mas ocupar espaços públicos. Não foi o trabalhador ou o estudante que ficou no centro dos protestos, mas o cidadão idealizado. Os protestos conseguiram influenciar os políticos para além das fronteiras nacionais e acabaram com qualquer senso de segurança entre as elites. Diferentemente das eleições, os protestos foram capazes de representar efetivamente *a intensidade do sentimento público*, e em um país após o outro, a hostilidade às elites estava no âmago desse sentimento.

Os protestos mostraram que as coisas podiam mudar. Mesmo quando não defendiam nada de concreto, os protestos afirmavam a possibilidade de mudança e, portanto, conseguiram algo que as eleições outrora conseguiam: mantiveram o futuro em aberto. As pessoas que ocuparam as praças perceberam um poder que estava ausente nas cabines de votação. Os protestos também criaram comunidade, com muitos participantes fazendo das atividades de protesto a base de sua identidade política. Os protestos conquistaram uma popularidade mais ampla. Um estudo de atitudes públicas na Rússia, um ano após a derrota dos movimentos de protesto, demonstra isso com precisão. Embora a mobilização política tenha declinado em Moscou e em outros centros, dobrou o número daqueles de fora dessas regiões que afirmam que, caso vissem seus interesses ameaçados, estariam dispostos a protestar.¹¹

Os protestos têm sido mais efetivos do que as eleições para causar divisões dentro da elite, tanto nacional quanto internacionalmente. As elites temem multidões enfurecidas sem líderes ou demandas mais do

que qualquer outra coisa. Protestos de massa imediatamente dividem a elite entre aqueles que querem se envolver de alguma forma e os que querem reprimir, entre aqueles que querem dialogar com os manifestantes e aqueles que prefeririam prendê-los. E, embora as eleições mal gerem repercussão na imprensa internacional, protestos massivos ganham as capas de jornais e revistas do mundo inteiro. Os protestos também são capazes de minar a solidariedade entre as elites no âmbito internacional. É mais fácil para governos democráticos do Ocidente aceitar eleições injustas do que endossar a repressão violenta de protestos de massa.

Os protestos constituem uma revolta contra as instituições da democracia representativa, mas sem oferecer nenhuma alternativa. Mesmo sua clara preferência por não violência é reveladora aqui, pois reflete, entre outras coisas, o medo da representação e da hierarquia. De fato, tão logo deflagrou a violência durante os protestos Euromaidan na Ucrânia, grupos paramilitares organizados assumiram. O sucesso na luta armada requer abandonar a noção de uma revolução sem líderes. Quando se trata de lutar, assim como de votar (que, afinal, é uma competição que visa oferecer um resultado decisivo de um combate sem derramamento de sangue), esses novos movimentos de protesto podem se dissolver rapidamente.

Protestos de massa propõe-se a assumir (de maneira não violenta) o papel que as insurreições violentas desempenharam historicamente. Como as insurreições de massa, os protestos de massa são um testemunho de que um povo soberano existe, e está insatisfeito. Protestos funcionam como uma alternativa às eleições, no sentido de que oferecem uma maneira alternativa de representar o povo. Para desempenhar esse papel simbólico, os protestos precisam cumprir alguns critérios. Precisam não apenas envolver um enorme número de pessoas, mas também ser espontâneos e não organizados por algum partido político. Precisam também reunir pessoas que, na vida política normal, nunca seriam vistas juntas (estudantes egípcios do Facebook e salafistas egíp-

cios barbudos, por exemplo). Os manifestantes normalmente rejeitam a ideia de formar um partido ou partidos políticos, e frequentemente fogem de alternativas políticas. A linguagem do protesto precisa ser a da moralidade e não a da política pública. Resumindo, os protestos são uma revolta contra as elites, mas os manifestantes (mesmo que não reconheçam isso) colocam nas mãos dessas mesmas elites a decisão sobre o que acontecerá depois.

Os manifestantes, em seus pronunciamentos, rejeitam apaixonadamente a ideia de uma política sem possibilidades, mas os manifestantes acabam de fato aceitando essa nova realidade. Nenhum dos principais movimentos de protesto apresentou uma plataforma para mudar o mundo — ou mesmo a economia. Nesse sentido, podemos estar testemunhando menos um motor de atividade revolucionária contra o capitalismo do que uma válvula de escape do capitalismo.

A onda global de protestos, portanto, não significou o retorno da política revolucionária. Como as eleições, os protestos servem para manter a revolução, com sua mensagem de um futuro radicalmente diferente, a uma distância intransponível. Com o passar do tempo, torna-se cada vez mais difícil decidir que protestos foram realmente bem-sucedidos. Dois anos depois das manifestações massivas em Moscou, Putin permanece no Kremlin, e a Rússia é ainda menos democrática do que antes. No Egito, o exército voltou ao poder, acertando violentamente as contas com a Irmandade Muçulmana, enquanto muitos daqueles que, dois anos antes, exigiam eleições, hoje exaltam o golpe de julho de 2013 como um “golpe popular”. Nos Estados Unidos, o Occupy Wall Street desapareceu de maneira tão dramática quanto foi sua aparição. Na Grécia, a resistência contra as políticas de austeridade fiscal minguou. Na Turquia, como vimos, o grupo político de Erdoğan venceu as eleições que se seguiram às manifestações do Parque Gezi. A onda de protestos na Bulgária deixou o público se sentindo ainda mais desesperado e desconfiado do que antes. Os protestos no mundo todo foram capazes de provocar uma ruptura no *status quo* político,

mas também ajudaram as elites a legitimizar novamente seu poder ao demonstrar que não há de fato uma alternativa real a elas.

A política dos protestos sinaliza a decadência tanto da ideia clássica de revolução quanto da noção de reformismo político. As revoluções são guiadas por ideologias e buscam desesperadamente conquistar o poder — os verdadeiros revolucionários têm propostas e querem vencer a qualquer custo. Nada disso era verdade em relação aos protestos e manifestantes recentes. Por sua falta de ideologia e demandas concretas, são literalmente rebeldes sem causa. O reformismo político aceita que o mundo seja imperfeito, mas também acredita que seja improvável. Busca agir por meio das instituições e não contra elas. Pequenos passos e mudanças graduais baseadas em *insights* e em tentativa e erro, diz o cânone reformista, constituem o melhor caminho para a melhora do sistema político. Em sua versão clássica, o reformismo combina mudanças vindas de dentro e de cima com pressão política vinda de fora e da base. Utiliza as eleições como instrumentos de mudança política. O reformismo foi a estratégia por trás do sucesso das sociedades ocidentais no último século, mas o reformismo não é o que buscam os manifestantes atuais.

A democracia dos protestos dá as costas tanto para a revolução quanto para o reformismo. O histórico violento de governos revolucionários ao longo dos últimos dois séculos deixou a revolução desacreditada, enquanto o reformismo parece insuficientemente radical. Os manifestantes compartilham da noção de que os ganhos políticos para os menos privilegiados são menores no reformismo (que, de todo modo, é muito frágil e desinteressante para seu gosto) do que em rupturas do tecido da ordem social, como no caso de guerras e revoluções. A democracia dos protestos constrói-se, portanto, em torno de uma sucessão alternada de violações e restaurações da ordem.

A recente onda de protestos parece ter maior afinidade com o que outro pensador político francês, Martin Breugh, chama de “a experi-

ência plebeia”.¹² É uma irrupção de energia cívica que não se cristaliza em partidos políticos ou organizações, mas deixa rastros e mantém viva a esperança de que o mundo possa ser mudado como consequência da ação coletiva dos cidadãos. É um momento, não um movimento. É uma explosão de subjetividade política e, como qualquer outra explosão, por definição, não é capaz de se manter.

Em muitos aspectos, a atual revolta contra a representação política lembra a situação da Roma antiga, onde os plebeus por vezes deixavam a cidade, saindo em massa de Roma e acampavam no topo de uma colina a poucos quilômetros de lá, como maneira de expressar seu descontentamento público. “Lá, sem nenhum líder”, escreve Lívio, o grande historiador da República Romana, “seu acampamento sendo fortificado com uma trincheira, permanecendo em silêncio, trazendo consigo apenas o necessário para a subsistência, mantinham-se assim por vários dias, sem atacar nem ser atacado pelos outros. Era grande o pânico na cidade, e por meio do medo recíproco, tudo era suspense”.¹³

Essas secessões romanas eram diferentes das conspirações e guerras civis. Tratavam menos de mudar os governantes (embora, às vezes, como nessa ocasião em 494 a.C., novos órgãos com novos poderes possam ter sido criados) e mais de concordar com os princípios segundo os quais o poder deveria ser exercido. Como aponta Lívio, os plebeus concordaram em retornar à cidade, que não conseguiria sobreviver sem eles, apenas quando um enviado diplomático do Senado chamado Menênio Agripa conseguiu construir uma narrativa — por meio de uma famosa parábola sobre o estômago e os outros órgãos do corpo — que reconhecia a importância dos plebeus para a sociedade, bem como seu poder.¹⁴

Os protestos são imprevisíveis. A imprevisibilidade é a fonte de sua efetividade política, mas também a fonte de sua fragilidade. Os governos nunca saberão quando as pessoas se mobilizarão para ocupar as praças, e a ausência de líderes faz com que a revolta pública não

possa ser contida por meio de cooptação da liderança. Mas os cidadãos nunca saberão quando e sob quais condições específicas seus companheiros estarão dispostos a sair às ruas mais uma vez. E se o interesse público for violado, mas não o bastante para superar a apatia e a inércia? É importante, portanto, haver algum recurso mais confiável do que os protestos. E se você organizar um protesto e ninguém aparecer?

Notas

1. Thomas L. Friedman, “The Square People, Part 1” e “The Square People, Part 2”. *New York Times*, 13 e 17 de maio de 2014.

2. O número de países afetados é fornecido pela Economist Intelligence Unit, “Rebels Without a Cause: What the Upsurge in Protest Movements Means for Global Politics”. Disponível em: <www.eiu.com/public/topical_report.aspx?campaignid=ProtestUpsurge>.

3. Eric Schmidt e Jared Cohen, *A nova era digital*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2013.

4. David Graeber, *The Democracy Project: A History, a Crisis, a Movement*. Nova York: Spiegel and Grau, 2013.

5. Alexis de Tocqueville, *A democracia na América*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2005. v. 1: Leis e costumes. p. 153-54. Devo meu conhecimento desse *insight* tocquevilleano a David Runciman, *The Confidence Trap: A History of Democracy in Crisis from World War I to the Present*. Princeton: Princeton University Press, 2013.

6. Runciman, op. cit., p. 23.

7. Moisés Naím, *The End of Power: From Boardrooms to Battlefields and Churches to States, Why Being in Charge Isn't What It Used to Be*. Nova York: Basic, 2013.

8. Pierre Rosanvallon, *Counter-Democracy: Politics in an Age of Distrust*. Cambridge, Inglaterra: Cambridge University Press, 2008. p. 176.

9. Francis Fukuyama, “The Middle-Class Revolution”. *The Wall Street Journal*, 28 de junho de 2013.

10. Rosanvallon, op. cit., p. 14.

11, Levada Center, “Russian Public Opinion 2012–2013”. Moscou, 2013.

12. Martin Breaugh, *The Plebeian Experience: A Discontinuous History of Political Freedom*. Nova York: Columbia University Press, 2013.

13. Titus Livy, *The History of Rome (Ab Urbe Condita)*, livro II, cap. 32. Nova York: Digireads.com, 2009. p. 70.

14. Na cena de abertura de *Coriolano*, Shakespeare coloca Menênio Agripa narrando uma versão dessa parábola (ou uma “fábula muito interessante”, como Menênio a chama) para um grupo de plebeus famintos, revoltados e armados com bastões e porretes, que ele encontrou na rua a caminho do Capitólio romano.



Plataforma Democrática (www.plataformademocratica.org) é uma iniciativa da Fundação IFHC e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais dedicada a fortalecer a cultura e as instituições democráticas na América Latina, por meio da produção de conhecimento e da promoção do debate pluralista de ideias sobre as transformações da sociedade e da política na região e no mundo. Conjuntamente com vinte e um centros de pesquisas associados, localizados em onze países da América Latina, realiza pesquisas e seminários para estimular o diálogo entre os produtores de conhecimentos e os diferentes atores sociais e políticos sobre temas da atualidade.

Plataforma Democrática oferece uma infraestrutura virtual com uma biblioteca de livre acesso que inclui milhares de textos sobre temas relacionados à democracia na América Latina e um banco de dados sobre instituições de pesquisa na região.

As principais áreas de trabalho da Plataforma Democrática são:

Transformações Geopolíticas Globais e instituições democráticas:

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesAmericaLatina.aspx>

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesBrasilAmericaSul.aspx>

Meios de comunicação e Democracia:

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesPlataforma.aspx#MediosComunicacion>

http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Poder_politico_e_meios.pdf

Sociedade civil e democracia:

http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/Usos_abusos_e_desafios_da_sociedade_civil_na_America_Latina.pdf

Biblioteca virtual:

<http://www.plataformademocratica.org/Portugues/BuscaPublicacoes.aspx>

Coleção Recursos de Pesquisa na Internet:

<http://plataformademocratica.org/Portugues/PublicacoesPlataforma.aspx#RecursosPesquisa>